



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Lei nº.746/2007

De 02 de outubro de 2007.

ALTERADA
PELA LEI
1.078/2013

Dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, cria o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Presidente Kennedy – COMAS-PK e o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faço saber, a todos, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei.

CERTIDÃO

Lei nº 746/07, de 02/10/07, sancionada e promulgada pelo Prefeito Municipal de Presidente Kennedy.

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I
DAS NORMAS

Publicado na forma do art. 69 da Lei Orgânica Municipal com redação dada pela Emenda nº 001, de 13/12/02.

Em. 02/10/07

Servidor: _____

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social e estabelece normas gerais para sua adequada aplicação em conformidade com o que estabelece a Lei Federal Nº.8742 de 07 de dezembro de 1993 que trata da Lei Orgânica Assistência Social – LOAS, a Resolução Nº. 145 do Conselho Nacional da Assistência Social – CNAS, de 15 de outubro de 2004, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, a Norma de Operação Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS e a Resolução Nº. 237 do CNAS de 14 de dezembro de 2006, publicada no DIO de 26/12/2006.

CAPÍTULO II
DOS ÓRGÃOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ATENDIMENTO

Art. 2º. Integram a Política Municipal de Assistência Social:

- I - Plano Municipal de Assistência Social;
- I - Conselho Municipal de Assistência Social;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

III - Fundo Municipal de Assistência Social.

**TÍTULO II
DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**CAPÍTULO I
DA CRIAÇÃO E COMPOSIÇÃO**

Art. 3º. Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social de Presidente Kennedy-ES – COMAS-PK.

Parágrafo único. O COMAS-PK é órgão superior de deliberação colegiada, e composição paritária composto por representantes da Sociedade Civil e do Governo Municipal, de caráter permanente e autônomo e de âmbito municipal, vinculado à Secretária Municipal de Assistência Social.

**CAPÍTULO II
DA COMPETÊNCIA**

Art. 4º - Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I – definir as prioridades e atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da Política de Assistência Social no âmbito municipal;

II – estabelecer as diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;

III - apreciar, avaliar e aprovar a Política e o Plano Municipal de Assistência Social;

IV – elaborar e aprovar o seu Regimento Interno, conjunto de normas administrativas do Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

V – fixar normas para efetuar a inscrição de entidades e organizações de assistência social e registro de ações, serviços, programas e projetos de entidades correlatas no âmbito municipal;

VI – efetuar a inscrição e aprovar as ações, serviços, programas e projetos de assistência social das organizações não governamentais – ONG's, e dos órgãos governamentais para fins de funcionamento;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

VII – manter atualizado o cadastro das entidades e organizações devidamente inscritas no Conselho Municipal;

VIII – zelar pelo funcionamento efetivo do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social;

IX – avaliar e fiscalizar os serviços de assistência social prestados à população por órgãos, entidades públicas e privadas no município de Presidente Kennedy;

X – apreciar e aprovar critérios para a celebração de contratos, convênios e similares entre o órgão gestor e entidades públicas e privadas que prestam serviços de assistência social;

XI – aprovar previamente os planos objetivando a celebração de contratos, convênios e similares mencionados no inciso anterior;

XII – apreciar e aprovar a proposta orçamentária da Assistência Social a ser encaminhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

XIII – aprovar os critérios para a programação financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social;

XIV – estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Municipal de Assistência Social;

XV – manter articulação com o Conselho Estadual de Assistência Social – CONEAS, e com o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

XVI – divulgar, em imprensa local ou através de afixação em local próprio de acesso ao público na sede dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Município de Presidente Kennedy-ES, as deliberações consubstanciadas em Resoluções e outros instrumentos congêneres do Conselho Municipal;

XVII – convocar ordinariamente, a cada 02 anos ou extraordinariamente, a Conferência Municipal de Assistência Social, com a atribuição de avaliar a situação da Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema;

XVIII – acompanhar e fiscalizar a gestão dos recursos, destinados à assistência social, avaliando os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios implementados;

XIX – apreciar, aprovar e estabelecer critérios de concessão dos benefícios eventuais previstos no Art. 22 da Lei nº. 8.742, de 1993;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

XX – propor formulação de estudos e pesquisas que subsidiem as ações do COMAS-PK no controle da assistência social;

XXI – exercer outras atribuições que lhe forem delegadas por lei ou pelos órgãos responsáveis pela Coordenação da Política Nacional de Assistência Social;

XXII – analisar e aprovar, trimestralmente, as contas e relatórios do gestor da Assistência Social de forma analítica ou sintética;

XXIII – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos orçamentários da assistência social por meio do Fundo Municipal de Assistência Social;

XXIV – informar ao CNAS sobre o cancelamento de inscrição de entidades e organizações de assistência social, a fim de que este adote as medidas cabíveis;

XXV - acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas nacional, estadual e municipal efetivado na Comissão Intergestora Tripartite - CIT e Comissão Bipartite - CIB, estabelecido na NOB/SUAS, e aprovar seu relatório;

XXVI - divulgar e promover a defesa dos direitos sócio-assistenciais;

XXVII - zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito das três esferas de governo e efetiva participação dos segmentos de representação dos conselhos;

XXVIII - aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do SUAS (NOB-SUAS);

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Seção I Da composição

Art. 5º. O COMAS-PK é composto por 08 (oito) membros, e seus respectivos suplentes, na forma do parágrafo único do artigo 3º dessa lei, nomeados através de ato do Chefe do Poder Executivo, representado da seguinte forma:

I - Representantes do Governo Municipal:

- a) 01 (um) representante da Secretaria de Assistência Social;
- b) 01 (um) representante da Secretaria de Educação e Cultura;
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento.

II - Representantes da Sociedade Civil:

- a) 01 (um) representante de entidade de atendimento à Pessoa Portadora de deficiência;
- b) 01 (um) representante de entidade de atendimento às Pessoas Idosas.
- c) 01 (um) representante dos usuários da assistência social, vinculados aos programas, projetos e serviços de assistência social e/ou de organização de usuários da assistência social, no âmbito municipal;
- d) 01 (um) representante das Comunidades Quilombolas;

§1º. Para fins do disposto neste artigo considera-se:

I - usuários os beneficiários: pessoas abrangidas pela Lei nº 8.742, de 1993 – LOAS, pela Política Nacional de Assistência Social e pelo SUAS.

II - representantes de usuários: pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, organizadas sob diversas formas. Reconhecem-se como legítimos: associações, movimentos sociais, fóruns, redes ou outros grupos organizados, sob diferentes formas de constituição jurídica, política ou social, inscritos ou não no COMAS-PK.

III - organizações de usuários: aquelas juridicamente constituídas, e que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos a defesa dos direitos de indivíduos e grupos vinculados a PNAS, sendo caracterizado o seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua participação ou de seu representante legal, quando for o caso, inscritas ou não no COMAS-PK.

Art. 6º. O mandato dos membros do COMAS-PK será de 02 (dois) anos, permitida a recondução e serão indicados:

I – pelo representante legal das entidades, quando da sociedade civil;

II – pelo Chefe do Poder Executivo ou pelos titulares das pastas dos respectivos órgãos, quando do Governo Municipal.

§1º. Os membros titulares e suplentes do COMAS-PK, deverão ser nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da convocação e promulgação e publicação do processo eleitoral da Sociedade Civil.

§ 2º. Os representantes da Sociedade Civil serão eleitos em foro próprio, sob a fiscalização do Ministério Público.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

§ 3º. Cada titular do COMAS-PK terá um suplente, da mesma categoria representativa.

§ 4º. A titularidade da representação da sociedade civil, e respectiva suplência, serão exercidas pelas entidades com maior número de votos obtidos em cada um dos segmentos das representações de que trata este artigo.

§ 5º. O primeiro suplente da representação da sociedade civil exercerá exclusivamente a suplência do primeiro titular da mesma categoria de representação; caso um dos segmentos da sociedade civil não lhe fizer representar no processo eleitoral, a vaga deste segmento será preenchida com representantes de outros segmentos da sociedade civil, como forma de garantir a paridade.

§ 6º - quando não houver representação da sociedade civil elegível para cumprir o mandato, admitir-se-á nova recondução da entidade mediante escolha a ser realizada no processo eleitoral da sociedade civil, de modo a garantir a paridade no conselho.

Art. 7º. A atividade dos membros do COMAS-PK, reger-se-á pelas seguintes disposições:

I – o exercício da função de conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado;

II – os membros do COMAS-PK poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade, ou órgão que representam, apresentada a Secretaria Executiva do Conselho para deliberação do plenário em reunião ordinária;

III – cada membro titular do COMAS-PK terá direito a um único voto na sessão plenária;

IV – os suplentes substituirão os respectivos titulares em seus impedimentos e, em caso de vacância, assumirão o cargo pelo restante do mandato.

V – as decisões do COMAS-PK serão consubstanciadas através de Resoluções;

VI – o COMAS-PK será presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para o mandato de 02(dois) anos, não sendo permitida recondução ou reeleição.

VII – a Presidência do Conselho será exercida de forma alternada, a cada biênio, por representante do Governo Municipal e da Sociedade Civil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Seção II

Da Estrutura e do Funcionamento

Art. 8º. O COMAS-PK terá seu funcionamento regido por Regimento Interno próprio devendo este observar o seguinte:

- I – o plenário como órgão de deliberação máxima;
- II - as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente e mensalmente, conforme calendário anual previamente acordado;
- III - as sessões plenárias serão realizadas extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros;
- IV - na ausência do Presidente, do Vice-presidente e do Secretário, nas sessões plenárias, a presidência será exercida por um dos seus membros presentes, escolhido pelo Plenário para o exercício da função.

Art. 9º. O COMAS-PK terá a seguinte estrutura de funcionamento:

I - uma Secretária Executiva, composta por:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Primeiro Secretário;
- d) Segundo Secretário;

II - Plenário;

III - Comissões Temáticas.

§ 1º. O COMAS-PK contará com 01(um) Secretário Executivo, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, e de 01(um) auxiliar de apoio administrativo, escolhido dentre os servidores da Secretária Municipal de Assistência Social, para dar suporte ao cumprimento das suas competências.

§2º. O secretário executivo e o auxiliar administrativo de que trata o parágrafo anterior, estarão vinculados à Secretária Municipal de Assistência Social e exercerão suas funções junto ao COMAS-PK e demais Conselhos Municipais existentes.

Art. 10. O COMAS-PK poderá instituir no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, comissões como instâncias de caráter consultivo, com a função de sugerir diretrizes, articular, mobilizar, acompanhar e fiscalizar a implantação da política de assistência social.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Parágrafo único. as Comissões, de que trata o art. 12 dessa lei, serão compostas por representantes da Sociedade Civil e do Governo Municipal e serão normatizadas por Resoluções deste Conselho.

Art. 11. Para melhor desempenho de suas funções o COMAS-PK poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I – consideram-se colaboradores do COMAS-PK as instituições formadoras de recursos humanos para a Assistência Social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de Assistência Social sem embargo de sua condição de membro;

II - poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o COMAS-PK em assuntos específicos.

Art. 12. Todas as sessões do COMAS-PK serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

Parágrafo único. As resoluções do COMAS-PK, bem como os temas tratados em reuniões da mesa diretora e comissões, será objeto de ampla e sistemática divulgação.

Art. 13. A Secretaria Municipal de Assistência Social proporcionará ao COMAS-PK condições para seu pleno e regular funcionamento e dará o suporte técnico administrativo, orçamentário e financeiro necessário.

TÍTULO III DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO I DA CRIAÇÃO E GESTÃO

Art. 14. Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, instrumento de captação e aplicação de recursos que tem como objetivo viabilizar os recursos necessários ao financiamento dos programas, projetos e ações de atendimento a Política Municipal de Assistência Social, mediante diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social, ao qual é órgão vinculado.

Art. 15. Cabe à Secretaria de Assistência Social – SEMAS-PK, órgão responsável pela gestão e coordenação da Política Municipal de Assistência Social, a gestão do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, sob orientação, controle e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social de Presidente Kennedy – COMAS-PK.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CAPÍTULO II

DAS RECEITAS

Art. 16. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS:

I – recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II – recursos provenientes da União e Estado, a título de participação no custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral;

III - dotação específica para o Fundo, no mínimo de 5%(cinco) por cento da arrecadação mensal do Município de Presidente Kennedy-ES para execução da Política de Assistência Social e as verbas adicionais que a Lei estabelecer no decurso de cada exercício;

IV – doações, auxílios, contribuições subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não governamentais;

V – receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da Lei;

VI - parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social receber por força da lei e convênios;

VII – recursos de convênios firmados com outras entidades;

VIII – doações em espécies feitas diretamente ao FMAS;

IX – receitas provenientes da alienação de bens móveis do município, no âmbito da assistência social;

X – transferências de outros Fundos;

XI – outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º. É vedada à transferência de recursos para o financiamento de ações e serviços não previstos no Plano Municipal de Assistência Social.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 2º. Os recursos que compõem o Fundo Municipal de Assistência Social serão depositados em instituição financeira oficial, em conta especial, sob a denominação – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e será sobre este exercida a devida fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 4º. Observar-se-á na aplicação e utilização de recursos provenientes do FMAS as disposições da Lei nº 8.666, de 1993 e demais legislações correlatas.

CAPÍTULO II DAS DESPESAS

Art. 17. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social terão as seguintes destinações:

- I – financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de assistência social desenvolvidos pelo órgão da Administração Pública Municipal responsável pela execução da política de Assistência Social ou órgãos e entidades conveniadas;
- II – financiamento total ou parcial de programas, projetos e prestação de serviços de assistência social, executados por instituição privada prestadora de serviços no setor de assistência social;
- III – aquisição de materiais permanentes ou de consumo, bem como outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas de assistência social desenvolvidos pela Administração Municipal;
- IV – construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social realizados pela Administração Municipal;
- V – desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social da Administração Municipal;
- VI – desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos, destinados aos servidores municipais e profissionais que atuem na área de assistência social realizadas pela Administração Municipal, ou em parceria com outras pessoas jurídicas de direito público ou privado, com notória atuação na área de assistência social;
- VII – execução das ações de competência municipal, definidas no Art. 15 da Lei nº 8.742, de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

VIII – patrocínio de campanhas sócio-pedagógicas que tenham por objetivo a sensibilização da sociedade em relação aos direitos de pessoas em situação de risco pessoal e social;

IX – pagamentos de bolsas de formação/aprendizagem como forma de capacitação do processo educativo, de adolescentes e jovens, não caracterizando vínculo empregatício;

X – propiciar a garantia de renda mínima às famílias em situação de risco pessoal e social, observando-se as disposições de legislação específica, especialmente o disposto no § 1º do artigo 20 da Lei nº 8.742, de 1993.

Art. 18. O repasse de recurso para as pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organizações de assistência social, registradas no COMAS-PK, será efetuado por intermédio do FMAS, observando-se os critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, respeitadas as permissões e pressupostos legais que regulam a espécie.

Parágrafo único. A transferência de recursos do FMAS para organizações governamentais e não governamentais de assistência social e áreas correlatas se processará mediante convênios, contratos e ou instrumento jurídico similar, nos termos da legislação vigente e em conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo COMAS-PK.

Art. 19. As contas e os relatórios do gestor do FMAS serão submetidos à apreciação do COMAS-PK, trimestralmente, de forma sintética e, anualmente de forma analítica.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. Ficam revogadas a Lei Municipal nº. 473, de 07 de agosto de 1996, as leis que a alteraram e as demais disposições em contrário.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Kennedy-ES, em 02 de outubro de 2007.


Anírio Carlos Corrêa
Prefeito Municipal